

Elmo Serejo apresenta seu balanço



Elmo Farias considera a conclusão do Teatro Nacional uma das principais obras do seu governo

Governador, o senhor estava na Bahia quando foi chamado a Brasília. Como foi o início de seu governo?

Procurei sentir pessoalmente, de perto, todas as necessidades do Distrito Federal, e sessenta dias após ter assumido o governo, estabeleci um programa, em metas prioritárias — que eu considero prioridade 1, prioridade 2 e prioridade 3 — para que eu pudesse cumprir nesses 5 anos.

Estabelecidos os projetos em execução, praticamente quatro meses

depois tive condições de começar a exercitar o programa, e são 5 anos de trabalho. Hoje podemos dizer que cumprimos tudo aquilo que prometemos dentro das prioridades. Além disso, tive que concluir todas as obras

paradas de Brasília, com exceção de duas: uma delas foi o estádio de futebol Presidente Médici, que não

pude concluir em função de uma

demandas judiciais e que, ainda hoje, se

encontra na Justiça em andamento; e

a segunda obra parada é que vai con-

tinuar parada, a não ser que o pró-

ximo governo dê uma outra prioridade

será o início da construção de um

prédio que se destinaria a um terceiro

hospital da Asa Norte. Como não dei

prioridade a essa obra, dentro do meu

programa, porque seria praticamente

um hospital de 200 leitos, eu optei,

então, para aumentar o número de

leitos da Rede Hospitalar existente,

que era de 1.300 leitos, e passamos

para mais de 2.000 leitos, sem con-

truir novos hospitais.

O senhor falou em prioridade.

Qual o critério para a escolha dessas

prioridades?

Esse programa foi estabelecido

em prioridades, e a primeira priori-

dade foi para o setor viário. Foi re-

comendação do Presidente Geisel para

que eu observasse bastante o setor

viário do Distrito Federal, onde já se

verificava uma série de estrangula-

mentos. E o sistema viário ali está;

desafogamos todos os estrangula-

mentos da Capital da República,

praticamente todos; construímos uma

série de obras que dão desafogo ao

trânsito, que são os viadutos que, no

principio, foram muito condenados,

mas hoje têm sido muito aplaudidos;

como exemplo delas poderia citar a

ligação das duas vias W/3 Norte com

a W/3 Sul, assim como o trevo de

trânsito da Asa Sul onde tivemos a

coragem de demolir dois viadutos

novos para construir um trevo que

tem sete viadutos.

Construímos, também, a via es-

trutural que já é ligada no problema

de transporte, ligando o Plano Piloto,

através do Eixo Monumental, à es-

trada da Ceilândia, dando acesso a

Taguatinga e Brazlândia, que tem

uma extensão de 25 km. Desafoga-

mos, também em cidades-satélites

como Taguatinga, onde fizemos o

trevo de acesso, tiramos uma obra

difícil que havia no Distrito Federal,

que é aquela que faz a ligação do

Núcleo Bandeirante e que faz a

ligação das estradas de Belo Horizonte

e de Goiânia, a antiga «curva da

morte», enfim, tivemos a possibili-

dade de construir quase 30 ou 40

viadutos para desafogar o trânsito de

Brasília.

Concluímos a Ponte Costa e Sil-

va, fazendo assim a segunda ligação

do Plano Piloto da cidade com o Lago

Sul. E conseguimos aquilo que de-

sejavamos, que era realmente atender

a recomendação do presidente da República para dar desafogo ao trânsito de Brasília. Hoje Brasília tem um trânsito excelente, porque não existem congestionamentos.

Governador, e a tese de que os viadutos a curto prazo servem para desafogar o trânsito, ou seja facilitam a circulação de automóvel, mas favorecem a sua multiplicação?

Não podemos evitar a entrada de automóveis. Existe um parque automobilístico de fabricação no país e esses carros entram com ou sem vias apropriadas. Se não existem vias apropriadas, o congestionamento é maior, e se você tem um desafogo de trânsito, então, tem-se a circulação melhor. Não vejo como se impedir a entrada de veículos novos para o comércio de automóveis.

Houve uma época em que a seção de Brasília no Instituto dos Arquitetos fez manifestações contra os viadutos. Depois eles se calaram. Houve conciliação?

Na realidade, não procuro fazer conciliação quando não existe necessidade de fazê-la. Mas tenho a impressão de que não houve nada do Instituto dos Arquitetos do Brasil com os viadutos, e não teria sentido haver. O que houve foi um problema com o estudo dos arquitetos, que eles mesmo silenciaram, e foi quando fiz aquele estudo em frente ao Setor Comercial Sul, o canteiro central, e eles imaginaram que estávamos desfrutando uma faixa verde da cidade. Foi só isso.

O senhor iniciou algum empreendimento para implantação de transportes de massa, mais eficientes do que os ainda existentes?

Uma das prioridades nossas era o transporte de massa. Quando assumimos o governo, tínhamos cerca de 600 unidades em transporte e hoje temos, praticamente, 1.500 unidades. Dentro do sistema tradicional, fizemos tudo que nos foi possível ser feito, para atender ao trânsito de massa que são os viadutos que, no princípio, foram muito condenados, mas hoje têm sido muito aplaudidos; como exemplo delas poderia citar a ligação das duas vias W/3 Norte com a W/3 Sul, assim como o trevo de triagem da Asa Sul onde tivemos a coragem de demolir dois viadutos novos para construir um trevo que tem sete viadutos.

Esse programa foi estabelecido em prioridades, e a primeira priori-

dade foi para o setor viário. Foi re-

comendação do Presidente Geisel para

que eu observasse bastante o setor

viário do Distrito Federal, onde já se

verificava uma série de estrangula-

mentos. E o sistema viário ali está;

desafogamos todos os estrangula-

mentos da Capital da República,

praticamente todos; construímos uma

série de obras que dão desafogo ao

trânsito, que são os viadutos que, no

principio, foram muito condenados,

mas hoje têm sido muito aplaudidos;

como exemplo delas poderia citar a

ligação das duas vias W/3 Norte com

a W/3 Sul, assim como o trevo de

trânsito da Asa Sul onde tivemos a

coragem de demolir dois viadutos

novos para construir um trevo que

tem sete viadutos.

Construímos, também, a via es-

trutural que já é ligada no problema

de transporte, ligando o Plano Piloto,

através do Eixo Monumental, à es-

trada da Ceilândia, dando acesso a

Taguatinga e Brazlândia, que tem

uma extensão de 25 km. Desafoga-

mos, também em cidades-satélites

como Taguatinga, onde fizemos o

trevo de acesso, tiramos uma obra

difícil que havia no Distrito Federal,

que é aquela que faz a ligação do

Núcleo Bandeirante e que faz a

ligação das estradas de Belo Horizonte

e de Goiânia, a antiga «curva da

morte», enfim, tivemos a possibili-

dade de construir quase 30 ou 40

viadutos para desafogar o trânsito de

Brasília.

Concluímos a Ponte Costa e Sil-

va, fazendo assim a segunda ligação

do Plano Piloto da cidade com o Lago

Sul. E conseguimos aquilo que de-

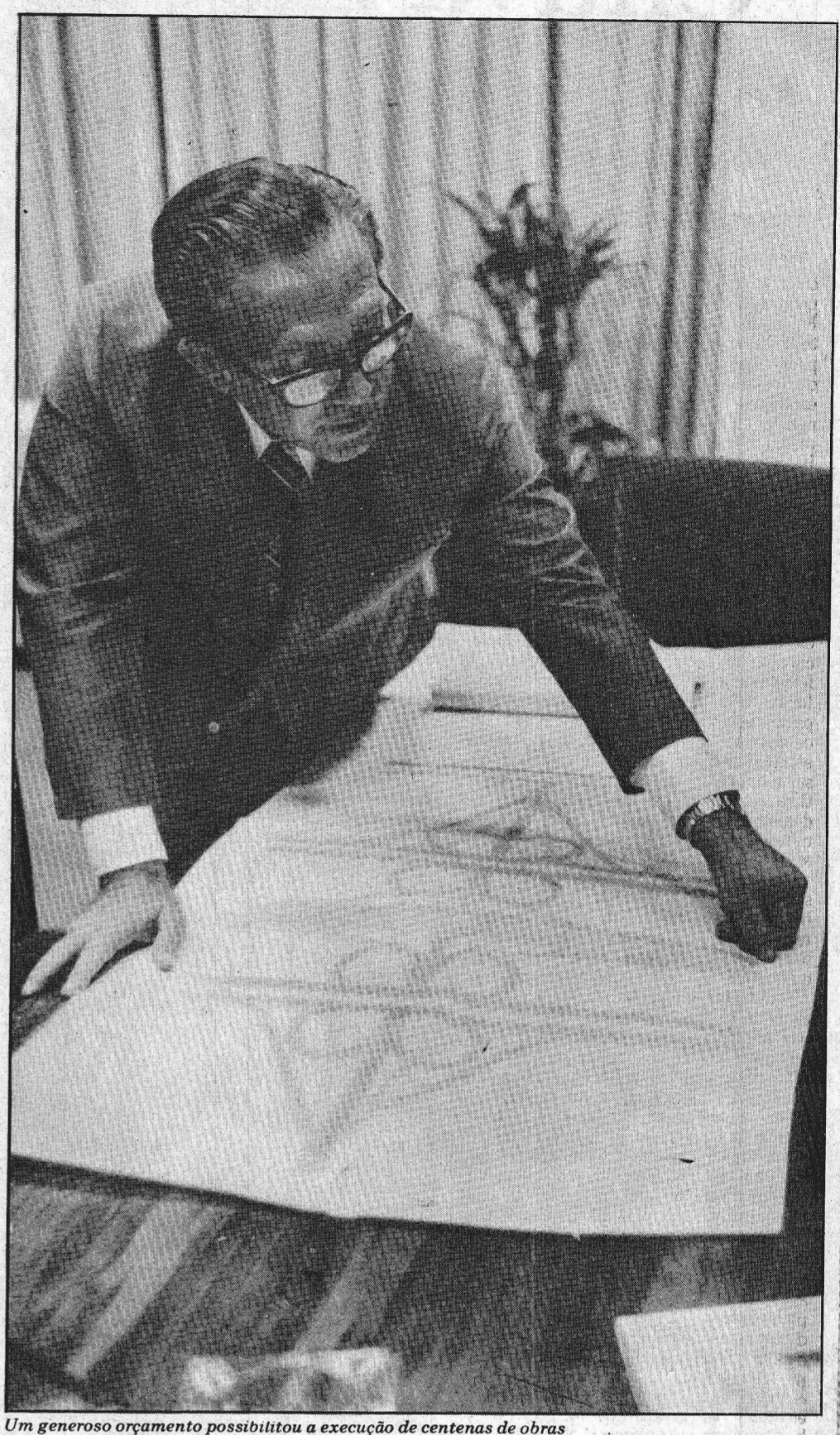
sejavamos, que era realmente atender

O governador de Brasília, Elmo Serejo Farias, ao fazer o balanço de seu governo, revelou que plantou no distrito federal, ao longo dos últimos cinco anos, 28 milhões de árvores, segundo ele, equivalente a uma área de 10 mil hectares.

No mesmo balanço, ele considerou a conclusão do Teatro Nacional, como o empreendimento de maior envergadura do setor cultural.

Rebateu as críticas que ainda hoje recebe quanto ao tratamento que vem dando à cidade-satélite da Ceilândia, e enumerou centenas de obras que a cidade ganhou,

beneficiada por generoso orçamento, esta a entrevista do governador de Brasília e futuro presidente da Rede Ferroviária Federal — Refesa, Elmo Serejo Farias.



Um generoso orçamento possibilitou a execução de centenas de obras

O que o Sr. acha desse debate que está ocorrendo aí da criação de uma Assembleia Legislativa?

Essa é uma vontade evidentemente da população do Distrito Federal. Para mim, eu assumi o governo sem Assembleia, sem representantes do Distrito Federal no Congresso Nacional. O que tínhamos era uma Comissão de alto nível, constituída de 11 senadores, que cuidava dos assuntos do Distrito Federal. E essa Comissão me satisfez plenamente, e me ajudou bastante, porque dependemos muito da Comissão: todos os assuntos ligados ao Distrito Federal são aprovados pela Comissão do Distrito Federal.

Esse assunto de representação política para o Distrito Federal, que é uma reivindicação da sua população, pelo menos vejo isso das classes representativas, é um assunto muito ligado com o governo principal, com o governo federal. E um assunto que realmente uma representação política no Senado Federal que me satisfaça.

Mas não acha que uma Câmara ou uma Assembleia teria melhores condições de ajudar o governo pelo fato de ser obrigada a ouvir o povo?

Isso é questão de conceituação. Acho que, para o governo do Distrito Federal, devemos ter a sorte de termos sempre homens que se interessem, que se dedicuem, para executar tudo aquilo que é preciso. Realmente, se tivéssemos uma representação, ela ajudaria, porque teria que trabalhar congregada com o próprio governador. Mas esse problema de ouvir ou não ouvir, o próprio governador ouve, como os políticos também podem ouvir, trazer sugestões e opiniões. Mas devemos ter a sorte de sempre termos um governador dinâmico no Distrito Federal, que queira trabalhar, que encare a cidade com amor e com dedicação absoluta para atender realmente as necessidades da comunidade.

Se entendê bem, o Senhor acha que é uma reivindicação da população, mas pessoalmente não a considera tão necessária?

E o setor de saúde?

Na Fundação Hospitalar procuramos senão chegar ao ideal, que é impossível, pelo menos chegar a uma posição de equilíbrio. Para isso, investimos bastante. Só em obras públicas de recuperação, construção de novas unidades, reaparelhamento da Fundação Hospitalar gastamos mais de 300 milhões de cruzeiros, haja vista que temos um Pronto Socorro concluído no meu governo equipado com o que há de mais sofisticado em termos de medicina. E eu repto que o sistema de saúde do Distrito Federal se não chegou à fase ideal, pelo menos se apresenta como um dos melhores do Brasil.

O senhor fez política?

Na realidade, para o governo do Distrito Federal é escolhido um homem da confiança do Presidente da República. Mas em administração pública você não pode divorciar a administração de política, principalmente na posição de governador. Então, o governador é obrigado a fazer a política pura, a política que ajuda sua administração. Essa política eu fiz.